

**MINUTA DE EDITAL**  
**CONCORRÊNCIA Nº 011/2026**  
**PROCESSO SIPE Nº 178105/2026**  
**CHAVE TCE: [A PREENCHER]**

O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Alberto Werner, nº 100, Bairro Vila Operária, CEP 88.304-053, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.277/0001-52, por intermédio da **Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, no modo de disputa **FECHADO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nos arts. 5º, 6º (XXIII), 11, 18, 36 (§1º), 37, 40, 53, 92, 96, 117, 118, 124, 125, 137, 155 a 163 e 165, na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção) e nas demais normas regulamentares aplicáveis, destinada à contratação descrita neste Edital e seus Anexos.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Técnica e Preço (art. 36, §1º, Lei nº 14.133/2021)

**MODO DE DISPUTA:** Fechado (art. 56, §1º, Lei nº 14.133/2021)

**PESOS:** Proposta Técnica — 60% | Proposta de Preço — 40%

**ABERTURA:** 18 de agosto de 2026 às 09h00min. — Horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** BNC Compras — <https://bnccompras.com/>

**PRAZO MÍNIMO DE DIVULGAÇÃO:** 35 dias úteis (art. 55, I, Lei nº 14.133/2021)

O cadastro das empresas no BNC deve ser feito no site <https://bnccompras.com/>. Em caso de dúvidas: Telefone/WhatsApp (42) 3026-4555; e-mail: [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br).

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para a gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027**, compreendendo o planejamento estratégico, a produção executiva, a operação técnica, a comunicação e promoção turística, a aferição de público, a segurança, a acessibilidade, a sustentabilidade, a desmontagem e o pós-evento dos seguintes eventos:

- Marejada 2026;
- Réveillon 2027;
- Carnaval 2027; e
- Festa do Colono 2027.

**1.2.** O objeto possui natureza de **serviço técnico de natureza predominantemente intelectual**, nos termos do art. 6º, XVIII, da Lei nº 14.133/2021, o que justifica a adoção do critério de julgamento por técnica e preço, conforme art. 36, §1º, da mesma Lei. A natureza intelectual decorre da centralidade do planejamento estratégico, da curadoria artístico-cultural, da gestão executiva integrada, da coordenação de múltiplas frentes operacionais, da comunicação institucional, da aferição de público e da governança contratual, elementos que transcendem a mera prestação de serviços operacionais e exigem expertise qualificada

**1.3.** A contratação adota **modelo de remuneração composta**, integrado por:

**1.3.1.** Parcela Fixa, correspondente aos custos de planejamento, pré-produção, mobilização, coordenação geral, relatórios e obrigações contratuais permanentes, paga mensalmente conforme cronograma de desembolso previsto no Termo de Referência;

**1.3.2.** Parcela Variável, calculada com base no público efetivamente aferido em cada evento, multiplicado pelo per capita contratado e ajustado pelo Fator de Ajuste de Desempenho — FAD, nos termos do Termo de Referência, do Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (Anexo VI) e do Anexo de Indicadores de Desempenho — KPIs (Anexo V).

**1.4. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$35.440.250,00** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil e duzentos e cinquenta reais), correspondente ao somatório dos quatro eventos do ciclo, conforme pesquisa formal de preços constante dos autos.

**1.5. PER CAPITA DE REFERÊNCIA: R\$ 69,49** (sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos) por pessoa, fixado pela mediana de quatro cotações convergentes obtidas junto a fornecedores especializados em gestão integrada de eventos de grande porte, conforme metodologia detalhada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II).

**1.6.** É admitida a formação de consórcios, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições do item 3 deste Edital.

**1.7.** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do item 10 deste Edital e das regras previstas no Termo de Referência.

**1.8.** Integram este Edital, para todos os efeitos legais, os Anexos listados ao final deste instrumento, que dele são partes indissociáveis.

## **2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** O certame será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação), por intermédio do sistema eletrônico BNC Compras (<https://bnccompras.com/>).

**2.2.** A licitação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive a Lei Complementar nº 123/2006, no que couber.

**2.3.** O julgamento observará estritamente as fórmulas, critérios, pesos e procedimentos definidos neste Edital e na Matriz de Critérios de Avaliação — MCA (Anexo III), sendo vedada a utilização de critérios não previstos ou de elementos externos às propostas.

**2.4.** A sessão pública poderá ser suspensa e retomada mediante comunicação prévia aos licitantes, por meio da plataforma eletrônica e do e-mail cadastrado.

**2.5.** Todos os horários estabelecidos neste Edital e na sessão pública observarão o horário oficial de Brasília (DF).

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas no objeto licitado, estejam devidamente cadastradas e credenciadas na plataforma BNC, e satisfaçam todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

#### **3.2. Participação em consórcio**

**3.2.1.** É admitida a participação de consórcios de até 3 (três) empresas, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

**3.2.1.1.** apresentação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as consorciadas, com indicação da empresa líder e do respectivo representante legal, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

**3.2.1.2.** indicação da empresa líder, que será responsável pela interlocução com a Administração, pela coordenação da execução e pela representação do consórcio perante a fiscalização;

**3.2.1.3.** comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista por cada consorciada, de forma individualizada;

**3.2.1.4.** comprovação de qualificação técnica pelo somatório dos quantitativos das consorciadas, admitindo-se acréscimo de até 30% nos requisitos de habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 15, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

**3.2.1.5.** responsabilidade solidária das consorciadas pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 15, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

**3.2.1.6.** vedação à participação de consorciada, isoladamente ou em mais de um consórcio, nesta mesma licitação.

**3.3.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, pessoas jurídicas:

- 3.3.1.** sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 3.3.2.** suspensas de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.3.3.** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.3.4.** cujo sócio, dirigente, preposto ou empregado seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, cargos assemelhados ou servidor investido em cargo comissionado no Município de Itajaí, nos termos da legislação municipal;
- 3.3.5.** cujo administrador ou sócio detentor de poder decisório participe como membro da Comissão de Licitações ou como fiscal do contrato;
- 3.3.6.** estrangeiras que não funcionem no País;
- 3.3.7.** enquadradas nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.** A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede, com prazo de emissão de até 90 dias, e informar seu regime tributário no momento do cadastramento da proposta, para fins de aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO E DO REGULAMENTO OPERACIONAL**

- 4.1.** O certame será conduzido pelo Presidente da Comissão de Contratação, designado nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, com as seguintes atribuições:
- 4.1.1.** responder às questões formuladas pelos licitantes relativas ao certame;
  - 4.1.2.** abrir as propostas técnicas e de preços;
  - 4.1.3.** analisar a aceitabilidade e exequibilidade das propostas;
  - 4.1.4.** desclassificar propostas, indicando os motivos;
  - 4.1.5.** conduzir os procedimentos de avaliação técnica, conforme a Matriz de Critérios de Avaliação — MCA (Anexo III);
  - 4.1.6.** verificar a habilitação do licitante melhor classificado;
  - 4.1.7.** declarar o vencedor;
  - 4.1.8.** receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - 4.1.9.** elaborar a ata da sessão;
  - 4.1.10.** encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação.

**4.2.** As pessoas jurídicas interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema BNC, atribuindo-lhe poderes para formular propostas técnicas e de preços e praticar todos os demais atos e operações inerentes ao certame.

**4.3.** A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação e às condições previstas neste Edital e seus Anexos.

**4.4.** O acesso do operador ao certame somente se dará mediante prévia definição de senha privativa. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação, não cabendo à plataforma eletrônica responsabilidade por danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

**4.5.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

**4.6.** No modo de disputa fechado, a proposta será única e sigilosa, aberta simultaneamente ao final, sem lances sucessivos, nos termos do art. 56, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.7.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

**4.8.** No caso de desconexão do Presidente da Comissão no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

## **5. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**5.1.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e às condições do Edital. O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive técnica.

**5.2.** A validade das propostas será de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública, prorrogáveis por igual período mediante solicitação da Administração e concordância do licitante.

**5.3.** As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa, com valores expressos em moeda corrente nacional (Real — R\$).

## **6. DA PROPOSTA TÉCNICA**

**6.1.** A Proposta Técnica deverá ser apresentada em formato digital, organizada conforme o Modelo de Proposta Técnica (Anexo XI) e a Matriz

de Critérios de Avaliação — MCA (Anexo III), que disciplinam, respectivamente, a estrutura formal obrigatória e os critérios, subcritérios, pesos, metodologia de avaliação e documentação comprobatória exigível.

**6.2.** A Proposta Técnica deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

**6.2.1. Plano de Gestão Integrada dos Eventos** — documento-base que demonstre a capacidade do licitante de planejar, coordenar e executar os quatro eventos do ciclo de forma articulada, com metodologia de gestão, cronograma macro/conceitual e layout conceitual/esquemático (preliminar), governança operacional, matriz de responsabilidades, gestão de riscos, plano de contingência e estratégia de comunicação interinstitucional com a SETUR;

**6.2.2. Plano de Aferição de Público** — descrição da metodologia, fontes de dados, ferramentas tecnológicas, critérios de validação cruzada e compromisso com o cumprimento integral do Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (Anexo VI), que disciplina a contagem, consolidação e auditoria dos dados utilizados para cálculo da Parcela Variável;

**6.2.3. Plano de Segurança, Saúde e Emergência** — dimensionamento de brigada conforme ABNT NBR 14276, atendimento pré-hospitalar (tempo-meta de resposta de até 5 minutos), plano de evacuação, articulação prévia com PM-SC, SAMU, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, conformidade do PPCI e protocolo de resposta a incidentes;

**6.2.4. Plano de Comunicação e Promoção Turística** — estratégia de divulgação, posicionamento da marca-mãe Maix Quirida, metas de alcance (mínimo de 5.000.000 impressões/evento), engajamento em redes sociais (meta mínima de 5%), cobertura de mídia espontânea, análise de sentimento e cronograma de entregas;

**6.2.5. Plano de Acessibilidade e Inclusão** — detalhamento dos recursos de acessibilidade, incluindo sanitários adaptados (mínimo 5% do total), rotas acessíveis sinalizadas (100%), intérpretes de Libras nos palcos principais, áreas reservadas para PCD (mínimo 2% da área útil), mapa tátil e cadastro de atendimento, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015;

**6.2.6. Plano Socioambiental e de Gestão de Resíduos** — taxa mínima de desvio de aterro de 30%, coleta seletiva (1 ponto a cada 300 pessoas), logística reversa de 100% dos materiais de comunicação, iluminação LED em pelo menos 80% das estruturas próprias, parceria com cooperativas de catadores e relatório socioambiental pós-evento;

**6.2.7. Plano de Capacitação das Equipes** — carga horária mínima de 20h/trabalhador/evento, contemplando atendimento ao público, identidade de Itajaí, acessibilidade, segurança e sustentabilidade, com certificação nominal, avaliação de aprendizagem (meta de 80% de aprovação) e recertificação entre eventos;

**6.2.8. Equipe-Chave** — apresentação dos profissionais designados para as funções estratégicas da contratação, com currículos, cartas de aceite e comprovação de experiência, conforme requisitos definidos no Termo de Referência (Anexo I);

**6.2.9. Portfólio** — demonstração de experiência anterior em eventos de grande porte, com indicação de eventos realizados, público aferido, dimensão da operação, inovações implementadas e referências.

**6.3.** "Nota Técnica Mínima: 60 (sessenta) pontos, em conformidade com o Termo de Referência (Seção 8) e a Matriz de Critérios de Avaliação. Será desclassificado o licitante que não atingir a pontuação técnica mínima, por insuficiência de capacidade técnica para a execução do objeto, nos termos do art. 36, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A nota de corte destina-se a assegurar que apenas licitantes com comprovada expertise em gestão de eventos de grande porte participem da fase de ponderação com o preço."

**6.4.** A avaliação técnica será realizada por **Comissão de Contratação composta por, no mínimo, 3 (três) membros**, designados formalmente, que deverão declarar inexistência de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813/2013. Cada membro atribuirá nota individual por critério, apurando-se a nota do eixo pela média aritmética. A ata circunstanciada do julgamento será parte integrante do processo.

**6.5.** A avaliação observará exclusivamente os critérios, subcritérios e pesos definidos na MCA (Anexo III), sendo vedado: (a) o julgamento por elemento externo à proposta; (b) a atribuição de nota com base em informação não constante da documentação apresentada; (c) a avaliação por critério não previsto na MCA.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** A Proposta de Preços deverá indicar o **per capita ofertado (R\$/pessoa)**, que não poderá ser superior ao per capita de referência de **R\$ 69,49** (sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos), sob pena de desclassificação.

**7.2.** O licitante deverá apresentar planilha de composição de custos, conforme modelo do Anexo VII, demonstrando a formação do per capita por evento e a estrutura de custos fixos e variáveis, incluindo, no mínimo: custos diretos de operação, custos de pessoal, custos de mobilização e desmontagem, custos administrativos, tributos incidentes e margem.

**7.3.** Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, inclusive tributos, seguros, transporte, encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais, e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento do contrato.

**7.4.** Serão desclassificadas as propostas que: (a) apresentem per capita superior ao teto de referência; (b) não contenham a planilha de composição de custos; (c) apresentem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Para verificação de exequibilidade, a Comissão poderá solicitar demonstração analítica da formação dos preços, com detalhamento de custos diretos, indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas e margem, admitindo-se metodologias usuais de precificação de serviços de gestão de eventos.

**7.6.** As planilhas deverão ser assinadas por representante legal do licitante.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**8.1.** O julgamento será realizado pelo critério de **Técnica e Preço**, conforme art. 36, §1º, da Lei nº 14.133/2021, aplicável a serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, com os seguintes pesos:

**Proposta Técnica: 60% (sessenta por cento) | Proposta de Preço: 40% (quarenta por cento)**

A ponderação de 60/40 justifica-se pela predominância do componente intelectual no objeto (planejamento estratégico, curadoria, gestão de riscos, comunicação institucional, aferição de público), sem prejuízo da relevância do preço para a economicidade da contratação. A distribuição é compatível com o art. 36, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

### **8.2. Estrutura do julgamento**

O julgamento será realizado em fases, na seguinte ordem: (i) Proposta Técnica; (ii) Proposta de Preços; (iii) Habilitação do licitante melhor classificado.

### **8.3. Cálculo da Nota Técnica (NT)**

A Proposta Técnica será pontuada conforme os critérios objetivos definidos na Matriz de Critérios de Avaliação — MCA (Anexo III), com pontuação máxima de 100 pontos. A Nota Técnica normalizada será calculada pela fórmula:  **$NT = (PTi / PT_{m\acute{a}x}) \times 100$**

Em que  $PT_i$  é a pontuação técnica bruta da licitante  $i$  e  $PT_{\max}$  é a maior pontuação técnica bruta entre as licitantes habilitadas tecnicamente (com nota igual ou superior a 70 pontos).

#### 8.4. Cálculo da Nota de Preço (NP)

$$NP = (P_{\min} / P_i) \times 100$$

Em que  $P_{\min}$  é o menor per capita válido entre as propostas classificadas e  $P_i$  é o per capita ofertado pela licitante  $i$ .

#### 8.5. Nota Final (NF)

$$NF = (0,60 \times NT) + (0,40 \times NP)$$

Será declarada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final.

#### 8.6. Critérios de desempate

**8.6.1.** Em caso de empate na Nota Final, aplicar-se-ão, sucessivamente: (a) maior Nota Técnica; (b) menor per capita ofertado; (c) critérios de preferência previstos na LC nº 123/2006, quando aplicáveis; (d) critérios legais subsidiários do art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

### 9. DA HABILITAÇÃO

O licitante melhor classificado deverá apresentar a documentação de habilitação no sistema **no prazo de até 2 (duas) horas após o encerramento da fase de julgamento**, sob pena de inabilitação. Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos; para documentos de regularidade fiscal sem prazo, considerar-se-ão 90 (noventa) dias da emissão.

#### 9.1. Habilitação Jurídica

**9.1.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**9.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;

**9.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**9.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País;

**9.1.5.** Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, para ME ou EPP, com prazo de emissão de até 90 dias.

*Nota:* O ato constitutivo deverá indicar ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

#### 9.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

**9.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

- 9.2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- 9.2.3. Prova de regularidade relativa ao FGTS;
- 9.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440/2011.

### **9.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, que comprovem;
- 9.3.2. Índice de Liquidez Geral (LG) superior a 1,0 —  $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ ;
- 9.3.3. Índice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1,0 —  $LC = AC / PC$ ;
- 9.3.4. Índice de Solvência Geral (SG) superior a 1,0 —  $SG = AT / (PC + ELP)$ .
- 9.3.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3.6. Comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante balanço patrimonial do último exercício.

### **9.4. Qualificação Técnica**

- 9.4.1. Capacidade técnica operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência na execução de serviços de natureza e porte compatíveis com o objeto, especialmente:
  - 9.4.1.1. gestão, planejamento e produção executiva de, no mínimo, 2 (dois) eventos de grande porte, com público aferido igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) pessoas por edição;
  - 9.4.1.2. experiência em evento de natureza cultural, gastronômica, folclórica ou de identidade regional, compatível com o perfil da Marejada (festa portuguesa) e da Festa do Colono — exigência cumprida quando ao menos 1 (um) dos atestados apresentados nas alíneas anteriores possuir essa natureza, admitindo-se a comprovação por evento de identidade cultural distinta, desde que de porte equivalente ao mínimo exigido (público igual ou superior a 50.000 pessoas), em harmonia com a Seção 9 do Termo de Referência (Anexo I)
  - 9.4.1.3. operação técnica de eventos com montagem de estruturas temporárias, segurança operacional, atendimento pré-hospitalar e articulação com órgãos públicos de segurança;
  - 9.4.1.4. experiência em aferição de público com metodologia verificável e múltiplas fontes de dados.
  - 9.4.1.5. Equipe-Chave: Indicação dos profissionais que integrarão a equipe-chave da contratação, conforme exigido no item 6.2, alínea 'h', acompanhada de currículos, cartas de aceite formais e documentação comprobatória de experiência.

- 9.4.1.6.** Declaração de estrutura: Declaração formal de que o licitante dispõe, ou se compromete a disponibilizar até a assinatura do contrato, de estrutura operacional, logística e tecnológica adequada à execução do objeto, incluindo central de operações, sistema de comunicação, equipe de campo e capacidade de mobilização.
- 9.4.1.7.** As exigências de qualificação técnica são proporcionais ao vulto e à complexidade da contratação e destinam-se a assegurar a capacidade do licitante, sem restringir indevidamente a competitividade, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **9.5. Declaração Unificada**

- 9.5.1.** Apresentar declaração unificada, conforme modelo do Anexo IX, atestando que:
- 9.5.2.** cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (vedação ao trabalho infantil);
- 9.5.3.** sua proposta compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas e convenções coletivas vigentes;
- 9.5.4.** cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos neste Edital;
- 9.5.5.** não possui sócio, dirigente ou empregado em situação de impedimento, conforme item 3.3 deste Edital;
- 9.5.6.** não se encontra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 10.1.** É admitida a subcontratação parcial de atividades operacionais instrumentais, previamente autorizada pela SETUR, limitada às seguintes parcelas: locação, montagem e desmontagem de infraestrutura física temporária, incluindo palcos, tendas, sanitários, fechamentos, geradores e estruturas correlatas; locação e operação técnica de sistemas de áudio, sonorização, iluminação cênica e recursos audiovisuais; limpeza, conservação, zeladoria e manejo operacional de resíduos no perímetro do evento; segurança privada e patrimonial complementar, brigada de incêndio e atendimento pré-hospitalar; fornecimento de alimentação e bebidas em apoio à operação do evento e às equipes; transporte e logística operacional; sinalização, gestão de fluxos e execução de medidas físicas de mobilidade e acessibilidade; demais serviços de natureza estritamente operacional, instrumental ou acessória.
- 10.2.** O somatório das parcelas subcontratadas não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, assegurada a execução direta, pela Contratada, de, no mínimo, 70% (setenta por cento) do objeto, nele compreendida a parcela de maior relevância técnica e a integralidade do núcleo de coordenação, planejamento e governança, na forma da subseção "Subcontratação parcial" do Termo de Referência

**10.3. É vedada** a subcontratação do **núcleo estratégico** do contrato, compreendendo: planejamento integrado, gestão executiva, curadoria artístico-cultural, comunicação institucional, aferição de público, coordenação estratégica, relacionamento com a SETUR e consolidação dos relatórios pós-evento, nos termos do Termo de Referência (Anexo I) e da Matriz de Riscos (Anexo IV).

**10.4.** A subcontratação parcial autorizada não exime a Contratada da responsabilidade integral pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pela segurança da operação e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**10.5.** A Contratada deverá apresentar à SETUR a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das subcontratadas, quando solicitada.

**10.6.** É vedada a subcontratação em cadeia (sub-subcontratação), salvo autorização excepcional e fundamentada da SETUR.

## **11. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**11.1.** A Contratada deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

**11.1.1.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

**11.1.2.** seguro-garantia;

**11.1.3.** fiança bancária.

**11.2.** A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de rescisão e convocação do remanescente.

**11.3.** A garantia deverá ter validade durante toda a vigência contratual e 90 (noventa) dias após o término da vigência, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações e a emissão do termo de recebimento definitivo do último evento do ciclo.

**11.4.** A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, pelas multas aplicadas e pelos prejuízos causados à Administração.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS**

**12.1.** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, por meio da plataforma BNC, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** As respostas às impugnações e esclarecimentos serão disponibilizadas na plataforma BNC, vinculando todos os licitantes.

**12.3.** Ao final da sessão, o licitante que desejar recorrer contra decisões da Comissão deverá manifestar intenção com registro da síntese das razões, apresentando memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os demais interessados ficam intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo.

**12.4.** A falta de manifestação imediata e motivada importará preclusão do direito de recurso.

**12.5.** Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo, salvo decisão em contrário da autoridade competente.

**12.6.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.7.** As impugnações, esclarecimentos, recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados exclusivamente por meio da plataforma BNC.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto, pela execução irregular, pelo atraso injustificado ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas no âmbito da licitação ou do contrato, o licitante ou a Contratada ficará sujeito às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.2.** As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade:

**13.2.1.** Advertência, nas hipóteses de infração de menor gravidade;

**13.2.2.** Multa, nas seguintes situações:

**13.2.2.1.** 0,5% do valor do contrato, por dia de atraso injustificado, limitada a 10% do valor contratual;

**13.2.2.2.** 10% do valor do saldo contratual remanescente, em caso de inexecução parcial relevante;

**13.2.2.3.** 10% do valor do contrato, pela execução em desacordo com as especificações técnicas;

**13.2.2.4.** 10% do valor da proposta, na hipótese de recusa injustificada em assinar o contrato;

**13.2.2.5.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.2.6.** Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** As sanções deste item são cumuláveis com a aplicação do FAD e das glosas previstas no Anexo de Indicadores de Desempenho — KPIs (Anexo V) e na Matriz de Riscos (Anexo IV), observada a vedação ao bis in idem.

**13.4.** A aplicação das sanções não exime o infrator da obrigação de indenizar integralmente os prejuízos causados.

**13.5.** As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada, da garantia contratual ou cobradas judicialmente.

**13.6.** As sanções de impedimento e inidoneidade serão registradas no PNCP e nos cadastros competentes.

### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será composto por:

**14.1.1. Parcela Fixa** — correspondente ao mínimo garantido de 60% do público de referência de cada evento, multiplicado pelo per capita contratado, calculada pela fórmula  $PF = (0,60 \times \text{Público de Referência}) \times \text{Per Capita Contratado}$ , paga por evento em duas tranches (30% na aprovação dos planos da fase de pré-produção e 70% na realização do evento), conforme cronograma de desembolso e marcos do Termo de Referência (Anexo I), Seção 11, condicionada à comprovação da execução integral da infraestrutura e dos serviços contratualmente previstos;

**14.1.2. Parcela Variável** — calculada, para cada evento, em duas etapas, nos termos do Termo de Referência (Seção 10) e do Anexo de Indicadores de Desempenho (Anexo V): (i)  $PV_{bruta} = (\text{Público Aferido Pagável} - 0,60 \times \text{Público de Referência}) \times \text{Per Capita Contratado}$ , em que 'Público Aferido Pagável' corresponde ao menor valor entre o público efetivamente aferido conforme o POP (Anexo VI) e o teto de 115% do público de referência; (ii)  $PV_{líquida} = PV_{bruta} \times FAD$ , sendo o FAD apurado conforme o Anexo V.

**14.1.3.** A remuneração total do evento corresponderá à soma da Parcela Fixa e da  $PV_{líquida}$ . Se o público aferido for inferior a 60% do público de referência, a Parcela Variável será igual a zero, devida apenas a Parcela Fixa, observada a comprovação da execução integral.

**14.2.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Fiscal Técnico e aprovada pelo Gestor do Contrato.

**14.3.** Nos preços ofertados estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, taxas e quaisquer outros que impliquem no fiel cumprimento do contrato.

**14.4.** Quando houver erro na nota fiscal, o documento será devolvido para substituição, ficando o prazo de pagamento suspenso até a regularização.

**14.5.** O pagamento de qualquer parcela fica condicionado à apresentação de: CRF (FGTS), CND (INSS), certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, e CNDT, todos com prazo de validade vigente.

**14.6.** Caso não comprovada a regularidade, o pagamento será suspenso até a regularização.

**14.7.** Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo, os valores serão monetariamente atualizados nos termos da Lei Municipal nº 4.684/06, com compensação financeira de multa de 1% e juros conforme art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

**14.8.** As notas fiscais deverão observar a Instrução Normativa nº 062/2022/CGM/SEFAZ do Município de Itajaí.

## **15. DOS PREÇOS, REAJUSTES E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** Os preços serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data-base da proposta, pela variação do IPCA/IBGE, vedada periodicidade inferior, formalizado por apostilamento nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro observarão a Matriz de Riscos (Anexo IV), especialmente quanto: (a) às hipóteses admissíveis e vedadas; (b) aos gatilhos objetivos; (c) à documentação exigida; (d) ao teto per capita de referência; (e) aos limites legais de alteração contratual (art. 125 da Lei nº 14.133/2021); (f) à vedação à cumulatividade indevida de reequilíbrios fundados no mesmo fato gerador.

**15.3.** O pedido de reequilíbrio deverá estar instruído com pleito formal, memória de cálculo, documentação comprobatória do fato gerador, demonstração do impacto material e do nexo causal, nos termos das Instruções Normativas 58/2022 e 68/2023/CGM/SEGOV do Município de Itajaí.

## **16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**16.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR, observada a classificação orçamentária quanto à Unidade Orçamentária, Função, Programa, Ação e Natureza da Despesa.

**16.2.** Despesas: 461, 462, 465 e 1113 – FUMTUR.

**16.3.** As dotações relativas a exercícios subsequentes serão objeto de previsão nas respectivas leis orçamentárias anuais, nos termos da legislação aplicável.

## **17. DO CONTRATO**

**17.1.** Após a homologação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e convocação dos remanescentes.

**17.2.** O prazo de vigência do contrato será de até 18 (dezoito) meses, contados da assinatura, vinculado à conclusão do escopo previamente definido, abrangendo a pré-produção, a execução, o pós-evento, a

aferição, a medição, a prestação de contas e a liquidação das parcelas relativas aos quatro eventos do ciclo 2026/2027.

**17.3.** O objeto refere-se a eventos específicos e determinados do ciclo 2026/2027 e não constitui serviço de natureza continuada, limitando-se a vigência ao período estritamente necessário à conclusão do escopo, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. Aplica-se o art. 111 da Lei nº 14.133/2021 para a conclusão do escopo já contratado, vedada a prorrogação para inclusão de novos eventos ou renovação do objeto.

**17.4.** A fixação da vigência pelo prazo necessário à conclusão do escopo justifica-se pela previsibilidade do calendário, pela otimização do planejamento integrado dos quatro eventos do ciclo 2026/2027 e pela racionalização das contratações, sem caracterizar serviço de natureza continuada, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II).

**17.5.** O contrato será formalizado mediante assinatura eletrônica, por certificado digital ICP-Brasil ou via assinador [gov.br](https://gov.br).

**17.6.** A recusa injustificada em assinar o contrato permitirá a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades legais e da instauração de procedimento administrativo sancionador.

**17.7.** A Contratada deverá manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação exigidas neste Edital, sob pena de rescisão.

**17.8.** Integram o contrato, como **partes indissociáveis**:

- 17.8.1.** o presente Edital e seus Anexos;
- 17.8.2.** o Termo de Referência (Anexo I);
- 17.8.3.** o Estudo Técnico Preliminar (Anexo II);
- 17.8.4.** a Matriz de Critérios de Avaliação (Anexo III);
- 17.8.5.** a Matriz de Riscos (Anexo IV);
- 17.8.6.** os Indicadores de Desempenho — KPIs (Anexo V);
- 17.8.7.** o Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público (Anexo VI);
- 17.8.8.** a Proposta Técnica vencedora;
- 17.8.9.** A Proposta de Preços vencedora.

## **18. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** A execução do contrato será acompanhada por Gestor do Contrato e Fiscal Técnico designados pela SETUR, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.** A SETUR designará Fiscal Técnico específico para cada evento, responsável pelo acompanhamento das fases de pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento.

**18.3.** Compete ao Fiscal Técnico, entre outras atribuições: (a) verificar o cumprimento dos KPIs; (b) registrar ocorrências; (c) analisar o dossiê de evidências; (d) elaborar o Relatório Técnico-Operacional Pós-Evento; (e) propor a nota de cada eixo de desempenho para fins de cálculo do FAD.

**18.4.** O procedimento de aferição do FAD observará o fluxo previsto no Anexo V (KPIs), com prazo total de até 45 dias entre a apresentação do dossiê e a decisão final do Gestor do Contrato, assegurado o contraditório à Contratada.

**18.5.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução integral do objeto, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

## **19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**19.1.** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante ato formal e motivado da Contratante, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.2.** Constituem motivos para extinção, entre outros: (a) inexecução total ou parcial; (b) atraso injustificado; (c) paralisação sem justa causa; (d) falência, dissolução ou insolvência; (e) razões de interesse público; (f) caso fortuito ou força maior; (g) aferição fraudulenta de público, nos termos da Matriz de Riscos (Anexo IV); (h) subcontratação irregular do núcleo estratégico; (i) FAD insatisfatório reiterado (abaixo de 0,70 em 2 ou mais eventos consecutivos).

**19.3.** A extinção não prejudica a aplicação de sanções nem a responsabilização por prejuízos.

**19.4.** O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção), conforme Decreto Municipal nº 11.063/17.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LGPD**

**20.1.** A Contratada declara ciência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e compromete-se a adequar todos os procedimentos internos à proteção dos dados pessoais que lhe forem repassados, observando os princípios de finalidade, adequação, necessidade e segurança.

**20.2.** A Contratada indenizará o Contratante por quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, inclusive honorários advocatícios e multas, decorrentes do descumprimento das obrigações de proteção de dados.

**20.3.** Os dados de aferição de público, registros de atendimento de acessibilidade e listas nominais de trabalhadores deverão ser tratados com observância à LGPD, sendo vedada a divulgação de dados pessoais sensíveis, salvo anonimização ou autorização expressa.

## **21. DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**21.1.** As partes declaram conhecimento das Leis nºs 8.429/1992 (Improbidade Administrativa) e 12.846/2013 (Anticorrupção) e comprometem-se a não adotar práticas enquadradas nessas normas.

**21.2.** As partes comprometem-se a notificar a Controladoria-Geral do Município acerca de qualquer irregularidade de que tenham conhecimento na execução do contrato.

**21.3.** A violação das obrigações anticorrupção é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das penalidades legais.

## **22. DA PUBLICIDADE**

**22.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento e o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**22.2.** Os relatórios de aferição do FAD e os resultados consolidados da execução contratual serão disponibilizados no Portal da Transparência do Município, observadas as regras da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), nos termos do Anexo V (KPIs).

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1.** O Município reserva-se o direito de revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que disso caiba indenização aos licitantes, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**23.2.** A Contratada será obrigada a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**23.3.** A Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, na forma da legislação vigente.

**23.4.** A apresentação de proposta atesta que a licitante tomou conhecimento de todas as informações, condições e exigências para o cumprimento do objeto.

**23.5.** Todos os atos da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município de Itajaí, no PNCP e na plataforma BNC, servindo a publicação como notificação dos interessados.

**23.6.** Nos casos omissos, prevalecerão os termos da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios gerais de direito público.

**23.7.** As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas deste Edital e do contrato dele decorrente.

**Itajaí/SC, 24 de junho de 2026**

**GABRIELA KELM DO NASCIMENTO**  
**SECRETÁRIA DE TURISMO E EVENTOS**

## **RELAÇÃO DE ANEXOS**

**Anexo I** — Termo de Referência — TR

**Anexo II** — Estudo Técnico Preliminar — ETP

**Anexo III** — Matriz de Critérios de Avaliação — MCA

**Anexo IV** — Matriz de Riscos

**Anexo V** — Indicadores de Desempenho — KPIs

**Anexo VI** — Protocolo Operacional Padrão de Aferição de Público — POP

**Anexo VII** — Planilha de Composição de Custos (modelo)

**Anexo VIII** — Minuta de Contrato

**Anexo IX** — Modelo de Declaração Unificada

**Anexo X** — Modelo de Proposta de Preços

**Anexo XI** — Modelo de Proposta Técnica